



Ato contra a reforma administrativa será realizado nesta quinta-feira, 10/12

**DIA NACIONAL
 DE LUTA**
**CONTRA A REFORMA
 ADMINISTRATIVA**
*em defesa do serviço público, estatais,
 emprego e salário, e pelos R\$ 600 do
 auxílio emergencial*

10 de dez | às 9h
 Local: Praça do Ferreira



O Sintsef Ceará, juntamente com a CUT Ceará, demais centrais sindicais, a Frente Brasil Popular e entidades que defendem as empresas estatais e o serviço público das três esferas – federal, estadual e municipal – realizam ato nesta quinta-feira (10/12) em defesa do setor público, contra a reforma Administrativa e pela manutenção do auxílio emergencial de R\$ 600. A atividade está programada para as 9h, na Praça do Ferreira, em Fortaleza, e acontece no momento em que o país se aproxima da marca de 180 mil mortes por covid-19 e do fim do auxílio emergencial.

Ressaltando a importância de serem tomadas todas as medidas sanitárias no combate à Covid-19 (uso de máscaras e álcool em gel), o Sintsef-CE convoca todos os filiados e filiações a somarem forças no ato em defesa do serviço público.

Matéria com informações da CUT-CE

Dia internacional de combate à corrupção, o que comemorar? Brasil de Fato - A Lava Jato e a (falta de) transparência

É preciso reconhecer que ninguém mais se espanta com revelações de ilegalidades, desvios e falcatruas quando relacionadas à operação Lava Jato. Após a confirmação da atuação ilegal do FBI em Curitiba e das tentativas de criar uma fundação com R\$ 2,5 bilhões da Petrobras pela turma da força-tarefa em Curitiba, fora todas as conversas de conluio com Sérgio Moro, o juiz que conduzia os processos, parecia que o fundo do poço havia chegado. Mas tudo indica que no fundo do poço tem uma mola, como diz o jargão popular. E o braço de Brasília da Lava Jato parece que gostou da ideia de gerir dinheiro público, usando operação de investigação para fazer negociata com o “nome fantasia” de Acordo de Leniência.

A operação já pode ser considerada um dos maiores truques políticos da nossa história. Produziu danos irreparáveis à economia do país e ao Estado Democrático de Direito, atuando com uma forma de ilusionismo profissional. Prosperou pelo apoio da mídia e também pela manipulação dos demais poderes e órgãos de controle, em uma dinâmica que evitou que seus atos fossem de fato verificados e revistos, mesmo quando divulgados. Transformou-se em uma força política capaz de influenciar a produção legislativa e o resultado eleitoral.

Ninguém combate a injustiça cometendo-a. O que fez com que os atores da operação Lava Jato buscassem a prática de toda sorte de desvios, supostamente em nome da moral, foi o crescente acúmulo de poder e a certeza da impunidade.

O que se tem agora é a ostensiva mostra dos interesses mais indecorosos a serem viabilizados com o uso dos instrumentos legais. E isso inclui, no caso de Curitiba, por evidente, não apenas os procuradores, mas o juiz que conduziu os processos, cujos interesses financeiros recentemente revelados impressionaram a sociedade, e cuja parcialidade, já totalmente escancarada, ainda não foi declarada pelo único órgão que pode e deve fazê-lo: o Supremo Tribunal Federal.

Escrito por: Tânia Oliveira, historiadora e jurista integrante da ABDJ. O texto completo está disponível no www.brasildefato.com.br